



O CONCEITO DE CIDADE E URBANO NA PERSPECTIVA SOCIOESPACIAL DE MANAUS

Autora Ana beatriz de Souza Cyrino¹

Autora Elenise Faria Scherer²

Heloísa Helena Corrêa da Silva³

RESUMO: O presente trabalho debate a densidade teórica do substantivo cidade e do adjetivo urbano e suas repercussões em Manaus/Amazonas, cidade forjada na Pan-Amazônia, primeiro, como forte São José do Rio Negro que ao longo do tempo foi sofrendo incursões externas, passando pelo período provincial e posteriormente com a implantação da Zona Franca de Manaus, atraiu acentuado fluxo migratório, carente de políticas públicas, desenvolvendo características socioespaciais amazônicas de centro/periferia.

Palavras-chave: Cidade; urbano; socioespacial; Pan-Amazônia.

ABSTRACT: The present work debates the theoretical density of the noun city and the adjective urban and its repercussions in Manaus/Amazonas, a city forged in the Pan-Amazon, first, as fort São José do Rio Negro and over time it suffered external incursions, passing through provincial period and later with the implementation of the Manaus Free Zone, it attracted a strong migratory flow, lacking public policies, developing Amazonian socio-spatial characteristics of center/periphery.

Keywords: City; urban; socio-spatial; Pan-Amazon.

¹ Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia - PPGSS/UFAM

² Doutorado em Política Social - Universidad Autonoma de Barcelona e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

³ Mestre, Doutora e Pós-doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –PUC/SP.



VII EPPPAC
ENCONTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PAN-AMAZÔNIA E CARIBE
TEMA: REFLEXÕES SOBRE UMA EPISTEME
AMAZÔNICA E CARIBENHA
Dias 16 e 17 de outubro de 2023
São Gabriel da Cachoeira-Am-Brasil

Realização
GPO SSS Grupo de Pesquisa
Questão Social
e Serviço Social
Diretório do CNPQ dos Grupos de Pesquisa no Brasil

www.epppac.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe contextualizar a contribuição teórica de Milton Santos “a periferia está no centro e o centro está na periferia”, referenciado por Oliveira & Schor (2008) ao debaterem as transformações e permanências na cidade de Manaus, a partir dos conceitos de cidade e urbano.

É delimitado os temas cidade e urbano como campo do conhecimento, conceitualmente demarcado por Lencioni, 2008 e ilustrado do Mesquita, 1997; em seguida se aborda a interseção entre cidade-urbano/centro-periferia na perspectiva debatida por Oliveira & Schor (2008).

2. CAMPO DE PESQUISA: MANAUS A PARTIR DO CENTRO

O campo de análise é o urbano, pois o campo é o território onde o referencial teórico entrelaça com a realidade, e foi no calor da manhã de um sábado, quente e nublado, que constatei o óbvio até então não refletido, de que a Rua José Clemente não termina na Rua Luiz Antony, mais sim, passa a ter uma configuração diferenciada da paisagem urbanizada, que foi sendo reconstruída mentalmente a partir do largo São Sebastião, tomando o lado esquerdo como referência, quando é denominada com este nome e segue ao lado do teatro Amazonas, prosseguindo no sentido leste, ao atravessar a avenida Eduardo Ribeiro, primeiro na calçada do muro lateral do Museu da Justiça, para logo chegar à calçada aos fundos do muro alto de pedra, das instalações do local, que um dia foi a Santa Casa de Misericórdia, ao passar pelo bar do Caldeira na esquina da rua Lobo d’Almada para cruzar o corredor de ônibus instalado na Avenida Epaminondas, caminhar paralelo ao Colégio Militar de Manaus para depois atravessar a Rua Luiz Antony, de preferência na faixa de pedestre, onde também se corre o risco de atropelamento, seu traçado retilíneo, a mesma, simplesmente desaparece e se transforma em uma escada mal tracejada, escondida à direita de um mirante estreito,



que serve de lixeira, com a vista para o bairro do Céu, onde para chegar as edificações vistas ao alto do outro lado é necessário atravessar o vale do igarapé soterrado pela ação antrópica, e que na época da cheia do rio Negro, teima em boiar.

Diante da cena que percorreu a paisagem em epígrafe (ainda há muito mais o que reportar), ficou muito mais evidente a abstração que me ocorreu naquela ocasião, acerca das palafitas ocupadas por moradores no igarapé do Educandos, no centro da cidade e outras tantas que estão ao longo do tempo veem sendo suprimidas e que coaduna com o debate de Oliveira & Schor (90;2008) sobre as transformações e permanências na cidade de Manaus, a luz da contribuição teórica de Milton Santos de que “a periferia está no centro e o centro está na periferia”, desse modo é possível vislumbrar a teia urbana da cidade, onde dentre outros, espaços localizados no centro de Manaus, como o Céu e Educandos podem ser adjetivados como periféricos, onde as desigualdades são reproduzidas e contraditoriamente cotidianamente invisibilizadas.

3. CAMPO DO CONHECIMENTO: A CIDADE E O URBANO

Para perscrutar o centro, foi escolhido o texto de Lencione, 2008, para além dos pontos de interrogação sobre a cidade o urbano no qual a autora se debruça, para evitar uma eventual confusão de conceitos “Afinal, o que é a cidade, o que é o urbano? E, o que vem a ser a cidade e o urbano no Brasil? Pode a cidade ser igual a urbano? Se não, o que diferencia os conceitos de cidade e urbano?”, e em Manaus a partir dos conceitos de cidade e urbano, qual/quais são o/os ponto/os de interseção, seja físico ou simbólico de centro? Essas são questões que abrem um rol de possibilidades para compreender o centro de Manaus, que se deixou encontrar naquela manhã de sábado.

Daí a necessidade de nessas temáticas refletir sobre a episteme amazônica e caribenha, proposta neste Encontro de Políticas Públicas para a Panamazônia e Caribe, também refletir sobre as cidades.



Portanto, nesse artigo é relevante o exercício do pensamento sobre o real, por isso, antes de introduzir o debate teórico acerca da cidade e o urbano, Lencioni, 2008, esclarece que “todo conceito serve para se compreender a essência dos objetos, dos fenômenos, das leis e, nesse sentido, se constitui num instrumento de conhecimento e pesquisa”, por isso é essencial destacar as sete observações apresentadas pela autora sobre conceitos:

Primeira observação: a construção de conceitos é um exercício do pensamento sobre o real e esse real existe independentemente de pensarmos sobre ele ou de termos conceitos acerca dos objetos do real. [...]. Segunda observação: o conceito é uma forma de reflexo dos objetos. [...]. Terceira observação: os conceitos são ao mesmo tempo objetivos e subjetivos. [...]. Quarta observação: não há identidade entre o conceito e o real ao qual ele se refere, porque nenhum conceito é capaz de conter toda a riqueza do real. [...]. Quinta observação: o conceito existe em movimento. [...]. Sexta observação: o conceito se encontra sempre em nexos, em relação com outros conceitos. [...]. Sétima observação: o conceito não existe sem uma definição. (LENCIONI, 2008, p.110-112)

A linguagem é a mediação ontológica de primeira ordem no âmbito das relações sociais, por isso os significados das palavras cidade e urbano são delineados de forma auxiliar por Lencioni, 2008 para iniciar a caracterização dessas categorias analíticas, tendo como referência o Brasil.

Cidade é substantivo, urbano, adjetivo. Por ser substantivo, cidade é uma palavra que possui um extenso rol de sentidos a um objeto, chama a atenção que a definição apresentada pelo dicionário Houaiss, caracteriza como aglomerado humano constituído por casas próximas entre si com finalidades diferenciadas (moradia e atividades com natureza diversas) e destaca que é um objeto de atividades não relacionadas com a exploração direta do solo, ou seja, explícita sua relação não é direta com a natureza. Por outro lado urbano, é adjetivo e serve para qualificar o substantivo como por exemplo transporte ou saneamento urbano. (LENCIONI, 2008, p.113)

Esse preâmbulo, sobre o sentido das palavras discorrido por Lencioni, 2008, alcança o seu cerne quando a autora ao explicar que quando o adjetivo que caracteriza



VII EPPPAC
ENCONTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PAN-AMAZÔNIA E CARIBE
**TEMA: REFLEXÕES SOBRE UMA EPISTEME
AMAZÔNICA E CARIBENHA**
Dias 16 e 17 de outubro de 2023
São Gabriel da Cachoeira-Am-Brasil

Realização
GPO SSS Grupo de Pesquisa
Questão Social
e Serviço Social
Diretório do CNPQ dos Grupos de Pesquisa no Brasil

www.epppac.com.br

o substantivo se torna o termo principal, ele deixa de ser um adjetivo e se torna uma substantivação do adjetivo e afirma que o “que importa para a discussão do conceito de cidade e urbano é o sentido semântico normal da palavra cidade e a substantivação do adjetivo e é nessa condição que será considerada na discussão”, pois como linguagem elas constituem a base sensorial dos conceitos.

A palavra cidade antecede em muito a palavra urbano. No dicionário da língua portuguesa e latina de 1712 é registrado vários sentidos para cidade e nenhum para urbano. No dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa, século XIII é a data provável de quando o vocábulo “cidade” emerge como linguagem escrita; diferentemente de “urbano”, que recebe menção de suas variações como suburbano e urbanidade que são usadas desde o século XVI, e que a palavra urbanista de 1874, antecede a palavra urbanismo é referenciado no século XX o que colide com a afirmação de que tanto a cidade como objeto e urbano como fenômeno são produtos historicamente construídos a partir da relação espaço-sociedade.

Mesmo se referindo a um objeto em perpétua mudança (quinta observação), a cidade é um conceito obscuro e recebe adjetivações para refletir os seus aspectos essenciais e dar conta do movimento que lhe é exigido pelas transformações societárias.

O conceito de cidade, prossegue Lencioni, 2008, tem duas características fundamentais: a aglomeração e sedentarismos, daí decorre a ideia de que não é qualquer aglomeração, mas sim, a aglomeração durável, mesmo assim não é suficiente para conceituar. É necessário ir em busca do que qualifica essa aglomeração e esse sedentarismo, pois a definição da palavra no dicionário não se confunde com seu conceito científico.

Outras referências qualificam as características de aglomeração e sedentarismo quando se trata de conceituar a cidade: o mercado e administração pública, que juntas dão historicidade as formas políticas e sociais, que formatam as particularidades das



idades. Assim, cidade é um “aglomerado sedentário que se caracteriza pela presença de mercado (troca) e que possui uma administração pública”. (LENCIONI, 2008, p. 117)

O conceito de urbano, é construído por Lencioni, 2008 a partir da difícil compreensão de que o urbano é um lugar de enfrentamentos e confrontações, uma unidade de contradições, na perspectiva de Léfèbvre e Castells e está diretamente vinculado a sociedade capitalista industrial. A autora adverte que mesmo, mantendo a essência de que o fenômeno urbano reside na ideia do capital, é necessário não limitar o conceito de urbano a existência da indústria para não cair no equívoco de não se procurar desvendar as particularidades históricas da relação urbano/capital, pois não se deve considerar o urbano como subproduto da industrialização, mais como produto de determinadas relações sociais.

O conceito de urbano se relaciona a um processo histórico e dependendo da referência teórica falaremos de urbano desde os primórdios da colonização brasileira ou segundo outros períodos. (LENCIONI, 2008, p, 121)

Na sua origem Manaus era o forte denominado pelos portugueses de São José do Rio Negro. Ao caracterizar o período provincial (1852/1899), Mesquita, (1997, p. 23) reporta que Manaus é um exótico aglomerado urbano, com traços nativos misturado a elementos ocidentais e era uma “cidade com características que em nada deveria assemelhar-se aos aglomerados europeus, que naquela época já usufruíam dos benefícios introduzidos pela indústria.”

Constata-se que Manaus, mesmo sem ter referência da indústria no período provincial para ser denominada de “cidade” enquanto objeto, é fato, porém encontra o seu ponto de interseção como o “urbano”, enquanto fenômeno, pois o desenvolvimento de suas particularidades é revestido de contradições, enquanto produto de determinadas relações sociais, forjadas em sua fundação vinculada à onda expansionista do capital na fase dos monopólios.

A efervescência desse processo de desenvolvimento, é abordada a seguir, no contexto da reflexão teórica de Oliveira & Schor, 2008, que analisam no marco da



transitoriedade denominada do forte à metrópole regional as transformações e permanências ocorridas em Manaus.

4. PONTO INTERSEÇÃO: CIDADE-URBANO/CENTRO-PERIFERIA

O período provincial, referenciado na seção anterior, também foi caracterizado pela criação de infraestrutura e serviços urbanos, cujo crescimento econômico sustentado pelo extrativismo (produção/exportação da borracha) forjou no período do *boom* da borracha uma espacialidade com determinação externa. (OLIVEIRA&SCHOR, 2008, p.64).

Essa determinação externa que incide sobre configuração urbana de Manaus no período da *Belle Époque* é explicada nos termos postos por Dias, 2007.

Modernizar, embelezar e adaptar é a tríade que Dias (2007) descreve como a exigência do grupo constituído pelos extrativistas, aviadores, todos ligados ao capital financeiro, para isso cabiam providências de excluir do espaço urbano os pobres, pedintes, prostitutas, vadios etc. Assim, a cidade, antes espaço comum, modifica-se e estratifica-se segundo uma nova configuração: a de classe. [...] (CYRINO, SCHERER, SILVA 2018, p. 40)

A espacialização de Manaus construída nessa configuração de classe, aprofunda no tecido urbano as desigualdades sociais com novas territorialidades, quase sempre impostas, onde um hiato separa as dimensões econômicas dos processos sociais e o bem-estar da população não pode ser medido pela riqueza produzida. É a “Manaus do Fausto” cristalizada a produção coletiva e a apropriação privada. (OLIVEIRA&SCHOR, 2008, p.66-65).

O estereótipo urbano estabelecido e reproduzido pelo senso comum que reverbera no imaginário das elites de outras cidades brasileiras, como sendo Manaus como a “Paris dos Trópicos” não encontra nenhuma correspondência com a realidade, pois a riqueza produzida no período da borracha, provinha de dois líquidos: da seiva da *Hevea brasiliensis* e do sangue dos seringueiros. (OLIVEIRA&SCHOR, 2008, p.66;68)



Assim a crise da cidade ou a cidade em crise que emerge com a decadência do ciclo econômico da borracha pode ser um mito (Oliveira&Schor, 2008, p.70), por ter dimensões diversas para segmentos diferenciados da população:

[...]da mesma maneira que a cidade não é produzida de modo equânime, a crise pode não ter o mesmo significado para o conjunto de seus moradores. Essa contradição resulta do fato de que a produção do espaço urbano está afeita também ao lugar e às suas especificidades, possuindo a dimensão do cotidiano. (OLIVEIRA&SCHOR, 2008, p.70).

Provavelmente a espera, como é caracterizada por OLIVEIRA&SCHOR, (2008, p.70) a temporalidade e a espacialidade da Amazônia e conseqüentemente de Manaus, quando a crise da borracha compromete as finanças públicas, controlada por uma sociedade extrativista que não busca alternativas, no caso, atividade industrial e tenta ficar vinculada a interesses de grupos econômicos nacionais e estrangeiros e continuou na segunda guerra mundial, pois a operação “Batalha da Borracha” por não atender os interesses ao esforço da guerra estadunidense, não contribui para a saída da estagnação econômica e a chegada de um esperado progresso.

O espaço-tempo na Amazônia, na perspectiva da sociedade nacional, é sempre inacabado, é o transitório nunca chegar ao ponto. Aqui se está sempre à espera de migalhas que nos são lançadas pelos de fora, e isso decorre do fato de o espaço-tempo na Amazônia caracterizar-se pelo atraso, por um processo que não se conclui, por ações que não chegam ao fim. [...] (OLIVEIRA&SCHOR, 2008, p.70).

Assim passaram-se três décadas, pois somente a partir dos anos 60 que a política de integração da Amazônia, considerada como região-problema em decorrência do “vazio demográfico” desenvolveu uma configuração geopolítica determinada por fatores externos, com a reincidência de participação interna, que subalterniza a região, onde Manaus é definida como base logística para a instalação de Zona Franca e a implantação do Distrito Industrial.

Resgatando o conceito de cidade anteriormente enunciado por Lencioni, 2008, pode-se então afirmar que Manaus é uma cidade? É uma aglomeração sedentária, tem administração pública e agora com a ação do governo federal e passa a ter indústria.



VII EPPAC
ENCONTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PAN-AMAZÔNIA E CARIBE
**TEMA: REFLEXÕES SOBRE UMA EPISTEME
AMAZÔNICA E CARIBENHA**
Dias 16 e 17 de outubro de 2023
São Gabriel da Cachoeira-Am-Brasil

Realização
GPO SSS Grupo de Pesquisa
Questão Social
e Serviço Social
Diretório do CNPQ dos Grupos de Pesquisa no Brasil

www.eppac.com.br

Ouso afirmar que não! E faço a inflexão de que sua configuração cidade, se molda ainda no século XIX, quando a produção/exploração da borracha tem a mesma importância que o capital cafeeiro, agravada por permitir a exploração da mão de obra (migrantes nordestinos) desenvolve mecanismos de acumulação de riqueza nos moldes capitalistas de produção e reprodução social no âmbito das relações sociais. Está posto no conceito a substantivação do adjetivo.

A criação da Zona Franca de Manaus e a instalação do Distrito Industrial, a partir de 1967, impacta sobremaneira a espacialidade da cidade, pois acarretou a:

[...] centralização das atividades econômicas do Estado do Amazonas na capital, que concentrou a partir dos anos 70, quase metade da população e 98% das atividades econômicas. Essa concentração de atividades tem apresentado como consequência a ampliação da malha urbana determinando o surgimento de contradições externas. [...] (OLIVEIRA&SCHOR, 2008, p.78).

O progresso esperado desde a bancarrota do período áureo da borracha, chegou e teve seu auge em 1989 com a geração de 127.800 diretos na cidade de Manaus, mas, também cobrou a conta a partir da década de 90, expressa nas desigualdades geradas pelo processo de crescimento econômico excludente, constatado pelo cruzamento de indicadores de vulnerabilidade social, nas diferentes áreas da cidade, bem como a disparidade em termos de moradia e acesso a serviços que caracterizam o seu tecido urbano. (OLIVEIRA&SCHOR, 2008, p.84).

De certo modo a espacialidade desigual repete a do período da borracha, em que a cidade se dividiu em áreas cujas construções obedeciam a certo tipo de planejamento urbano e outras que foram sendo formadas de modo espontâneo, sem respeitar critérios preestabelecidos. A implantação da Zona Franca em 1967 tornou esse processo mais agudo, tendo sido ocupadas as áreas marginais de menor interesse para o capital imobiliário, entre elas as margens dos igarapés. (OLIVEIRA&SCHOR, 2008, p.84)

Assim a configuração socioespacial da cidade de Manaus é modificada pelo intenso fluxo migratório, advindo com a implantação da Zona Franca de Manaus e do Distrito Industrial e demanda nos termos de Lefebvre o direito a cidade:

como forma superior dos direitos: direito a liberdade, a individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (a atividade participante e



o direito à apropriação (bem distinto do direito a propriedade) estão implicados no direito à cidade. (Lefebvre, 1991, p. 134)

Esse direito, no bojo do desenvolvimento das forças produtivas do capital, também foi negado em Manaus, restando à população a ocupação de áreas periféricas e as margens dos igarapés, como alternativa de habitação. Daí a atualidade da contribuição de Milton Santos de que “a periferia está no centro e o centro está na periferia”, pois periferia e centro, não se limita a questão espacial (distância), mas, abrange a questão socioespacial. (OLIVEIRA&SCHOR, 2008, p.90).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo contribui para o debate conceitual das categorias cidade e urbano na perspectiva teórica argumentada por Lencioni, 2008, que apresenta sete observações sobre conceito. Atende a propositura do GT 01 considerando dentro dos territórios urbanos encontram-se elementos de outras civilizações e povos.

Primeira observação: a construção de conceitos é um exercício do pensamento sobre o real e esse real existe independentemente de pensarmos sobre ele ou de termos conceitos acerca dos objetos do real. Segunda observação: o conceito é uma forma de reflexo dos objetos. Terceira observação: os conceitos são ao mesmo tempo objetivos e subjetivos. Quarta observação: não há identidade entre o conceito e o real ao qual ele se refere, porque nenhum conceito é capaz de conter toda a riqueza do real. Quinta observação: o conceito existe em movimento. Sexta observação: o conceito se encontra sempre em nexos, em relação com outros conceitos. Sétima observação: o conceito não existe sem uma definição.

Resgatando o conceito de cidade anteriormente enunciado por Lencioni, 2008, pode-se então afirmar que Manaus é uma cidade? É uma aglomeração sedentária, tem administração pública e agora com a ação do governo federal e passa a ter indústria. Ouso afirmar que não! E faço a inflexão de que sua configuração cidade, se molda ainda no século XIX, quando a produção/exploração da borracha tem a mesma



importância que o capital cafeeiro, agravada por permitir a exploração da mão de obra (migrantes nordestinos) desenvolve mecanismos de acumulação de riqueza nos moldes capitalistas de produção e reprodução social no âmbito das relações sociais. Está posta a lição de que o conceito agrega a substantivação do adjetivo.

O debate apresentado por Oliveira&Schor, 2008, incide para a interseção entre cidade-urbano/centro-periferia, ao afirmar que a categoria periferia não se resume a questão espacial (distância), abrangendo também a dimensão socioespacial.

REFERÊNCIAS

CYRINO, Ana Beatriz de S. SCHERER, Elenise, F. SILVA, Sidney. **Veredas constitutivas do fenômeno urbano em Manaus: Gentrificação ou Embelezamento?** In: Fazendo Antropologia no Alto Solimões, 14 – Ana Beatriz de Souza Cyrino, Dorinethe dos Santos Bentes, Michel Justamand, Alexa Cultural/EDUA: São Paulo, 2018, p. 31-44

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Centauro, Tradução Rubens Eduardo Frias, São Paulo, 2001

LENCIONI, Sandra. **Observações sobre o conceito de cidade e urbano**. GEO-USP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 24, 109-123, 2008. http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Ge-ousp/Geousp24/Artigo_Sandra.pdf. Acesso: 01 Abril 2018

MESQUITA, Otoni. **Manaus, história e arquitetura, 1852-1910**. EDUA, 1997.

OLIVEIRA, José Aldemir & SCHOR, Tatiana. **Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional**. In: CASTRO, Edna. Cidades na floresta. São Paulo: Annablume, 2008. p. 59-98.